

NADIR, Mohammed (2023). *As Relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos, do tratado de paz (1774) ao protectorado (1912)*. Santo André: Editora UFABC, 536 pp., ISBN 978-65-89992-40-0.

A obra “As relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos, do tratado de paz (1774) ao protectorado (1912)”, de Mohammed Nadir, publicada no Brasil pela editora da Universidade Federal do ABC em 2023, foi disponibilizada em formato físico. Assinaram o prefácio Maciel Santos (Universidade do Porto, Portugal) e Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil).

Mohammed Nadir é um dos grandes nomes do momento, no Brasil, no que se refere ao estudo das relações internacionais, transportando para aí a formação adquirida em Marrocos, sua terra natal, e em Portugal, concretamente na Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Além de ter concluído um pós-doutoramento em direito na Universidade Federal de Santa Maria, na região Sul do Brasil, também lecionou na Universidade Federal do ABC, no estado de São Paulo, tendo orientado dezenas de estudantes de licenciatura e pós-graduação nas áreas de economia, história e relações internacionais, especialmente em temas como a integração dos países da África e do Oriente Médio no Sistema Internacional.

A trajetória de Mohammed Nadir no Brasil coincide com a aproximação política entre as duas nações e com o amadurecimento da reflexão histórica sobre os processos sociais na África e no Oriente Médio, especialmente nas relações dessa região com o Brasil, tanto em contextos bilaterais como multilaterais. Os trabalhos de Nadir têm fortalecido esta “onda afro-árabe” no Brasil, acrescentando ao debate uma perspectiva importante que somente uma voz nativa e ativa poderia trazer.

O livro em apreço deve ser lido, portanto, como o resultado de um aprofundamento constante dos projetos de investigação do autor que anteriormente publicara “As Relações luso-marroquinas no século XVI, presença Portuguesa em Agadir e na região de Sous” (Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023), e a obra bilíngue árabe-português, em parceria com João Marinho dos Santos e José Manuel de Azevedo e Silva, intitulada “Santa Cruz do Cabo de Gue dAgoa de Narba, Estudo e Crónica” (Palimage e Universidade de Coimbra, 2007) vencedora do prémio Calouste Gulbenkian da Academia Portuguesa da História.

“As relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos...” retoma e aprofunda os debates travados na tese de doutoramento do autor, dedicada ao es-

tudo do desenvolvimento das relações entre o Império português e o estado magrebino, desde a assinatura do tratado de paz e comércio entre ambas as partes (1774) até a instauração do protetorado francês e a partilha de facto do país sobre o jugo colonial europeu (1912). A questão principal do livro incide sobre como as relações luso marroquinas modernas evoluíram, desde o confronto à colaboração, extrapolando, por vezes, os limites da periodização estabelecida como base para a investigação.

A obra concebida por Mohammed Nadir claramente visa um público alargado, apresentando uma linguagem acessível, mas sem perder o rigor académico. Ao alcance do leitor ficam informações até então restritas aqueles que, sobretudo por barreiras linguísticas, não estavam familiarizados com a historiografia marroquina. Percebe-se um claro interesse em fornecer elementos para o ulterior aprofundamento de estudos sobre a história das relações entre Marrocos e o Império português.

Nadir denota preocupação constante em sistematizar, com êxito, os objetivos específicos que segue ao longo da obra, para que o leitor não se perca ao longo das mais de quinhentas páginas de informação e análise. São sete as questões principais que orientaram a investigação realizada: 1) a diplomacia como reforço dos laços de amizade entre Portugal e Marrocos; 2) a amizade entre os agentes de ambas as nações como articulação que se fazia de forma pragmática, em que cada um tentava tirar o máximo proveito para sua própria nação; 3) se dentro do período em apreço houve inovação nas relações entre Portugal e Marrocos ou apenas movimentações táticas que mantiveram os princípios seculares de posicionamento estratégico; 4) até que ponto as relações luso-marroquinas sofreram com a dominação violenta sobre povos não-europeus; 5) até que ponto Portugal, metrópole europeia e com um vasto império ultramarino que desde seu início sofreu investidas de outras nações europeias, foi solidário com a vulnerabilidade marroquina; 6) como o *makhzen*/ Estado marroquino considerava sua relação com o vizinho Portugal; 7) o que Marrocos representou para Portugal ao longo dos séculos XVIII e XIX e que interesses políticos estavam em jogo nessa relação.

O autor procurou responder a estas questões ao longo das duas partes do livro. A primeira, dividida em cinco capítulos, tem como título “Relações político diplomáticas” e explora as grandes movimentações políticas entre os dois países. A segunda, repartida em três capítulos e intitulada “Por detrás das políticas: diplomacia, comércio, agentes”, foca as micro relações de poder, atentando nos agentes políticos, consulares e comerciais que interagem nos bastidores dos grandes factos históricos.

As teses centrais da obra são “a de que a diplomacia luso-marroquina

expressou e serviu ‘forças profundas’ que a *realpolitik* produziu”, e que o imperialismo europeu oitocentista, como ameaça comum, acabou por unir a metrópole colonial portuguesa ao império xerifiano de Marrocos na luta pela sobrevivência.

Para construir a sua trilha argumentativa, Mohammed Nadir leva a cabo uma análise “crítica e exaustiva” de fontes diplomáticas produzidas por agentes políticos e económicos, nos contextos marroquino e lusitano. Além disso, a perspetiva de “história de longa duração” conduz o leitor a uma compreensão incomum da conjuntura em que as fontes foram consolidadas. Com exceção da tese de “Uthman al-Mansuri”, a tendência da historiografia sobre as relações exteriores de Marrocos tem sido delimitar as suas análises ao ponto de vista europeu, sobretudo devido à dificuldade de compreensão das fontes em árabe e português, obstáculo vencido nesta obra.

Nadir faz abundantes referências a documentos de época, guardados pelo governo português no Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Ultramarino, na Academia de Ciências de Lisboa, no Instituto Nacional de Estatística, na Biblioteca Nacional de Lisboa e no Arquivo Histórico Parlamentar. Entre as fontes árabes que se cruzam no texto, são predominantes as custodiadas pela Biblioteca Real de Rabat e pela Bibliothèque Général de Rabat. A bibliografia consultada e citada pelo autor também é de grande interesse para o leitor que procure conhecer mais sobre estes temas a partir da produção académica escrita em árabe.

O primeiro capítulo do livro, intitulado “A génese das relações diplomáticas luso-marroquinas”, analisa os factos históricos que deram origem às relações modernas entre o Império Xerifiano e a Coroa lusitana, tendo como pano de fundo a formação dos estados nacionais ibéricos e a definição da identidade portuguesa diante dos vizinhos islâmicos, tendo ainda frescas, na memória, as guerras de conquista. No início da cronologia seguida por Nadir, Portugal e Marrocos surgem como rivais. Destacam-se, por exemplo, as disputas em torno de Mazagão, último *casus belli* entre os dois países, praça retomada por Marrocos com o consequente envio de colonos para a região Amazónica brasileira.

No segundo capítulo, intitulado “Portugal e Marrocos no Reinado de Mawlay Sulayman” (1792-1822), Mohammed Nadir direciona a análise para o período de governo de Sulayman. Foi uma época de abundantes desafios, como as consequências da grande peste de 1800, um incidente diplomático com os Estados Unidos, rumores (que décadas depois se concretizaram) de uma associação entre a França e Espanha para repartir o território mar-

roquino, além do influxo crescente de refugiados políticos europeus, que procuravam Marrocos como escape das guerras napoleônicas e depois, dos movimentos restauracionistas. É na procura pelo equilíbrio entre a “razão mercantil e razão diplomática”, nos termos do autor, que uma “diplomacia solidária” viria a ser construída entre Marrocos e Portugal.

O capítulo três, “Relações Luso Marroquinas entre 1822 e 1859”, retrata um *makhzen*/Estado marroquino pressionado por todos os lados pelos interesses imperialistas europeus. Apesar de o sucessor de Sualayman, Mawlay ‘Abd al Rahman ter traçado uma estratégia comercial de inserção do país na nova ordem mundial, orquestrada pela “paz de Viena”, os contenciosos com os Estados Unidos e o questionamento popular, de caráter religioso, sobre o posicionamento do líder alauíta diante da dominação francesa da Argélia, teriam tornado o governo muito mais reativo que propositivo. Por outro lado, Nadir destaca a importância de Marrocos como alvo da expansão da diplomacia portuguesa. Portugal, que acabara de perder o domínio sobre o Brasil e recuperava de uma guerra civil de caráter dinástico, aproximava-se, ora com amizade e honrarias, como a visita do Rei consorte D. Fernando (1856), ora com a diplomacia de canhoneiras, como fez o príncipe D. Luís (1859).

O quarto capítulo do livro aprofunda aquilo que Nadir designa de “diplomacia cordial” entre Portugal e Marrocos. Nele o período de 1859 a 1906 é estudado dando centralidade à guerra hispano marroquina e às suas sequelas políticas para o combalido *makhzen*. Aqui ponteia a noção de que a diplomacia portuguesa não seguia a cartilha neocolonial europeia, tratando com cordialidade ao invés do uso da força, embora também fizesse uso dos mecanismos de interferência nas questões internas de Marrocos, como a instituição de protegidos, especialmente de origem judaica. A instituição das proteções ocorria como forma de cooptar toda uma classe de negociantes nativos, assim como de anular a resistência interna a uma relação econômica desigual.

Propondo uma periodização própria das relações entre Portugal e Marrocos, Mohammed Nadir fecha a primeira parte do seu livro com um quinto capítulo denominado: “As relações diplomáticas luso-marroquinas de 1907 a 1912”. Nesta secção, Nadir destaca a escalada de agressões contra Marrocos executadas especialmente a partir das intenções imperialistas francesas. Após a Conferência de Algeiras (1906), em que as potências europeias reconhecem a primazia do interesse francês em Marrocos devido à fronteira argelino-marroquina, em detrimento de novos pretendentes, como a Alemanha, o expansionismo francês encontrou ocasião na instabilidade política interna apresentada pela Revolução Hafidhiana (1894-1900) para elevar o nível de suas intervenções.

Merece destaque, neste quinto capítulo, o subtópico “A conjuntura marroquina vista de Portugal”. Aí se explicita a forma como se deu a investida europeia sobre Marrocos, numa partilha de interesses, ameaça extensiva ao território ultramarino lusitano, o que gerou solidariedade entre os dois países, tese central deste livro.

Voltamos agora a nossa atenção para a segunda parte da obra em apreço, dividida em três capítulos que desenvolvem de forma mais documentada os principais temas explanados na primeira parte. Intitulado “Organização Diplomática e Consular”, o capítulo 1 desta segunda parte explora de forma mais direta a correspondência consular trocada entre autoridades e comerciantes marroquinos e portugueses. Centra-se sobretudo na família Colaço, já apresentada noutros capítulos do livro. Conjugando “diplomacia individual” e “diplomacia hereditária”, os Colaço foram cruciais para a diplomacia portuguesa num cenário geopolítico em que apenas os grandes impérios se sentavam à mesa de decisão.

O segundo capítulo dedica-se ao “Comércio Luso-marroquino de 1774 a 1856”. Nesse período intermédio que vai do tratado de 1774 à conjuntura do tratado Anglo Marroquino (1856), Nadir estuda a base estrutural do comércio marroquino, analisando os sistemas de pesos e medidas, as questões fiscais e alfandegárias e o modo como as questões políticas e religiosas surtiam impacto subtil nas relações estratégicas entre o Império Xerifiano e a Europa, especialmente Portugal. Tais relações comerciais, muitas vezes eram referidas como “diplomacia do pão”, expressão consagrada pela literatura especializada.

No derradeiro capítulo, Mohammed Nadir encerra a análise da saga da crescente intervenção europeia sobre Marrocos e o posicionamento português diante desse processo. As agressões estrangeiras resultariam no estabelecimento do protetorado em 1912, acontecimento que o autor interpreta como exemplo cabal da sua agenda ao serviço do processo gradual de colonização. Do ponto de vista lusitano, a partilha de Marrocos entre França e Espanha significava que o refúgio das suas intenções de manter a influência portuguesa no país teria de ser direcionada para uma diplomacia cultural memorialista e um serviço consular limitado às pretensões dos comerciantes do ramo da pesca e dos naturalizados remanescentes.

Perante tais elementos torna-se evidente que a obra em apreço, da autoria de Mohammed Nadir é uma referência historiográfica incontornável para os estudiosos das relações exteriores de Marrocos no período moderno, em especial do posicionamento português diante da partilha imperialista norte-africana.

Além de defender uma tese original, Mohammed Nadir empenhou-se

em fazer do seu livro um repositório de dados fundamentais para a pesquisa sobre a diplomacia marroquina entre o século XVIII e o estabelecimento do protetorado (1912), proporcionando a tradução e citação de trechos de bibliografia pouco usual nas obras de referência que já estão estabelecidas no mercado.

A partir do seu contexto de formação, Nadir apresenta a perspectiva marroquina sobre temas, problemas e personagens bem conhecidos pelos especialistas na área: a família Colaço, a atuação de Mohammed Bargash, a Conferência de Madrid, a questão dos protegidos, e as aproximações portuguesas aos olhos norte-africanos. O seu ponto de vista sobre a participação dos judeus de Marrocos no processo colonial, ou “marroquinos de confissão judaica”, na expressão do autor, torna esta obra incontornável aos pesquisadores sobre a diáspora desta comunidade. Além disso, a abordagem do tratado anglo-marroquino (1856) que abriu o país às inversões estrangeiras como momento de viragem na soberania xerifiana soma-se aos outros pontos fortes desta obra como contribuição relevante para a historiografia das relações internacionais de Marrocos.

Apesar de ser uma obra que se constitui a partir da metodologia da longa duração, é nas delimitações temáticas e não nas delimitações temporais, que Mohammed Nadir sugere ao leitor interessado novos caminhos para pesquisa a partir do tema nela desenvolvido. Ao conhecer mais sobre a perspectiva portuguesa sobre o processo de avanço do imperialismo europeu sobre Marrocos, logo vem à mente outros atores internacionais, como o Brasil, os Estados Unidos e a Alemanha, cujas perceções não foi possível analisar nesta obra.

Fica claro, neste livro, o muito que ainda havia, para conhecer sobre as relações diplomáticas entre Portugal e Marrocos, sobretudo a partir da visão dos próprios documentos marroquinos. Não há dúvida, portanto, sobre a utilidade da obra de Mohammed Nadir para um conhecimento mais sólido e descentrado da lógica académica eurocêntrica sobre a formação do Sistema Internacional contemporâneo.

LUCAS DE MATTOS MOURA FERNANDES

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História

professorlucasfernandes@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0007-1705-977X>

